

Adicional para juízes federais tem impacto de 0,36% no orçamento

18/04/2023

Em meio às discussões sobre o pagamento de adicional por tempo de serviço (ATS) a juízes federais, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) emitiu nota afirmando que esse benefício corresponde a menos de R\$ 3,5 milhões por mês, o que teria um impacto anual de 0,36%, considerando o orçamento de 2022 da Justiça Federal.

Segundo a instituição, essa parcela que será paga respeita o teto constitucional dos funcionários públicos.

Divulgação



Sede do Conselho de Justiça Federal (CJF)
Divulgação

O adicional ficou suspenso por cerca de 17 anos, entre 2006 e 2022, e, neste ano, o corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, respaldou o pagamento dos benefícios após uma decisão do Conselho de Justiça Federal.

Dessa forma, todos os magistrados que ingressaram na carreira até 2006 serão beneficiados com o ATS.

"Na apuração dos supostos valores retroativos não se mencionou que haverá descontos de imposto de renda e previdência, reduzindo significativamente o total mencionado. Sobre o tema, o Conselho de Justiça Federal considerou o direito adquirido à verba debatida com base em precedente do Supremo Tribunal Federal (tema 257)", diz a nota da Ajufe.

Salomão reconheceu a competência do CJF — que aprovou a volta do ATS no final de 2022 — para tratar do tema e afirmou que o órgão tem função de controle e supervisão administrativa do orçamento da Justiça Federal.

"A medida busca reconhecer o tempo dedicado à magistratura pelos juízes e juízas federais brasileiros, reforçando, inclusive, o sentido de carreira na magistratura federal. Ainda assim, é importante esclarecer que os valores observam o teto do serviço público, e os juízes federais não recebem qualquer espécie de benefício que exceda tal parâmetro", disse Nelson Alves, presidente da Ajufe, à **ConJur**.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-abr-18/adicional-juizes-federais-impacto-036-orcamento2/>